TC4761

Transcrições, resumos e citações de artigos,
artigos, periódicos, informações, etc.

MANIFESTAÇÃO ANTI-IGGI (IFM - Jun/Jul.84)

O Comité Indonésia 'Holanda) e a Frente Popular Papua organizaram uma manifestação por ocasião da reunião de 1984 do IGGI em Amsterdão (5 de Junho). No decorrer da manifestação, a ministra holandesa Schoo (Cooperação e Desenvolvimento) veio ao exterior do edifício onde se realizava o encontro e recebeu pessoalmente uma carta aberta relativa às questões de Papua e Timor. O jornal Trouw de 6.6.84 interpretou este gesto como um sinal diplomático à Indonésia no que diz respeito aos direitos humanos.

Ali Murtopo (1924-15.5.84) (IFM - Jun/Jul.84)

Começou a trabalhar nos serviços de informação em 1957. Em 1963, sob a protecção de Suharto, tornou-se uma figura importante do Kostrad (comando da Unidade de Reserva Estratégica do Exército), assumindo mais tarde a direcção dos respectivos serviços de informação (OPSUS) - os quais eram financiados por grandes companhias estatais como a Pertamina (petróleo).
Não é clara a ligação de Murtopo e dos Opsus ao golpe de 1965. Mas sabe-se que ele estava ligado aos oficiais determinantes do golpe (Suharto, Untung), sob as ordem dos quais servira na divisão de Diponegoro (Java).

Após o golpe, Murtopo organizou as grandes manifestações estudantis anti-Sukarno (ainda o presidente oficial) e percorreu países asiáticos (Singapura, Formosa, Hong-Kong) em busca de financiamentos para a política de Suharto. Posteriormente, participou directamente nas purgas de Sukarnistas no Exército (Java Central) e na eliminação física de comunistas.

Murtopo trabalhou permanentemente no sentido da construção de um poder pessoal: v. a sua posição de controle dos Opsus, e também do Bakin (serviço de segurança do Estado) e do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais; v. ainda a sua posição directiva nos jornais Suara Karya e Berita Yudha (porta-voz dos Psus) e na própria Liga dos Jornalistas Indonésios.
Em 1974, Murtopo iniciou uma campanha, no Parlamento, tendente à preparação da anexação de Timor-Leste. Foi sua a concepção da Operação Komodo, que conduziu à guerra civil em Timor-Leste (Agosto 75). O sucesso da operação ter-lhe-á valido o Ministério da Informação (1978), a partir do qual aplicou a sua orientação de "jorna

lismo consensual" (i.e., controlado).

Em 1982, esforçou-se por ser nomeado vive-presidente (nomeadamente, pelo lançamento de uma campanha de culto da personalidade de Suharto), o que não aconteceu, devido à oposição da entourage directa de Suharto.

O "Timor gap" : petróleo e negociação (IFM - Jun/Jul.84)

O leito marítimo entre Timor-Leste e a Austrália contém provavelmente 5 biliões de barris de petróleo em reserva, e ainda 1415 biliões de $m^3$ de gás natural. Daí, as pressões exercidas pelas companhias petrolíferas australianas sobre o Governo de Camberra no sentido de, por conversações com a Indonésia, se chegar a resultados satisfatórios quanto à definição da fronteira marítima entre os dois países.

Em 1973, os dois países acordaram em que a fronteira marítima seguiria uma fractura no leito marítimo, situada a 30 a 35 milhas a sul de Timor, que marca o fim da plataforma marítima continental australiana. No entanto, dado o facto de a parte leste de Timor ser então uma colónia de Portugal, a fronteira não pôde ser totalmente definida - e a extensão de 250 km que ficou por acordar constituiu o "Timor gap".

Desde o fim dos anos 60, diversas companhias petrolíferas manifestaram interesse na exploração desta área off-shore. A companhia australiana Timor Oil firmou então um acordo com a Woodside-Burmah (participada pela Burmah Oil em 54,5%) na colónia portuguesa. Na metade indonésia da ilha, uma outra companhia australiana (International Oil) firmou um acordo de "production-sharing" com a Pertamina (Indonésia). Em 1974,a Woodside-Burmah adquiriu 65% do capital da International Oil, ficando pois com uma posição dominante na zona.

Em 1974 (Setembro), a administração portuguesa de Timor-Leste passou a dar preferência às companhias americanas, concedendo os direitos de exploração à Adobe Oil and Gas e, em Dezembro, à Oceanic of Denver - neste último caso, a concessão situava-se parcialmente na plataforma continental australiana, o que significava que Portugal rejeitava a fronteira acordada no ano anterior entre a Austrália e a Indonésia (em cuja base a Austrália já concedera direitos de exploração na mesma área à Arco, à Aquitaine e à Exxon).

Neste contexto conflitual, os meios petrolíferos australianos receberam favoravelmente a anexação de Timor-Leste. Assim se explica também a política do governo Fraser em 1977 e 78.

O desejo dos australianos em começar rapidamente as operações de exploração reforçou-se entretanto com a descoberta das reservas de Jabiru, seguida das actividades de exploração de um consórcio liderado pela Broken Hill Proprietary Co., a maior empresa australiana. Estimativas prudentes assinalam reservas de 250 milhões de barris de patróleo explorável (Far Eastern Economic Review, 19.4.84), justamente na área que, de acordo com os acordos de 1973, cabe à Austrália.

O Governo australiano e as grandes empresas petrolíferas do país estão inquietas com as propostas indonésias de reabertura das negociações sobre a fronteira marítima. As propostas indonésias baseiam-se na nova legislação internacional sobre direito marítimo e apontam para o alargamento da área marítima da Indonésia - o que significa uma redução das reservas de petróleo e gás natural sob controle australiano. O actual ministro indonésio das Relações Exteriores é, aliás, um especialista em Direito marítimo (ver entrevista à Far Eastern Economic Review, 19.4.84).

A actual política externa da Austrália tem a ver estreitamente com esta problemática dos direitos sobre as áreas petrolíferas: v. a entrevista dada por Bill Hayden ao Camberra Times (18.4.84), em que aquele defende um "certo reconhecimento" da ocupação de Timor- Leste, dados os interesses australianos presentes na zona.

(Nota: alguns dos dados contidos neste artigo provêm do Tapol Bulletin, 63, Maio84.)